

**Duke Energy International,
Geração Paranapanema S.A. e Controlada
Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas**

Referentes ao Período de Três Meses findo
em 31 de Março de 2016 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais

Sumário

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	4
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO.....	17
1. INFORMAÇÕES GERAIS	17
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
2.1. Base de preparação	18
2.2. Consolidação.....	19
2.3. Contratos de Concessão.....	19
2.4. Resoluções Autorizativas	19
2.5. <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	20
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	20
4. GESTÃO DE RISCO DO NEGÓCIO	20
4.1. Análise da sensibilidade	20
4.2. Gestão de capital	21
4.3. Estimativa do valor justo.....	21
5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS	21
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
7. CLIENTES.....	22
8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER	23
8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado.....	23
8.2. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social	24
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	25
10. INVESTIMENTO	25
11. IMOBILIZADO	26
12. INTANGÍVEL	28
13. FORNECEDORES	29
14. ARBITRAGEM	30
15. PARTES RELACIONADAS.....	30
15.1. Transações e saldos	30
15.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração.....	30
16. DEBÊNTURES	31
16.1. Composição e vencimento.....	31
16.2. Movimentação	31
16.3. Covenants Financeiros.....	31
17. EMPRÉSTIMO	32
17.1. Composição e vencimento.....	32
18. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA	32
19. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	33
20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS	33
20.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	33
20.2. Contingências possíveis	34
21. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*)	35
22. ENCARGOS SETORIAIS	35
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
23.1. Capital Social.....	35
23.2. Reservas de Capital	36
23.3. Reservas de Lucros	36
23.4. Lucros acumulados	37
23.5. Ajustes de avaliação patrimonial	37

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	38
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	38
26. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE.....	39
26.1. Energia elétrica vendida.....	39
26.2. Energia elétrica comprada para revenda.....	39
26.3. Encargos de uso da rede elétrica.....	39
27. RESULTADO FINANCEIRO	40
28. LUCRO POR AÇÃO	40
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	41
30. SEGUROS	41
31. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA.....	41
32. COMPROMISSOS	42
32.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica.....	42
32.2. Compromisso de recuperação ambiental	42
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	42
33.1. Liquidação financeira - CCEE	42
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	43

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.11 e nº 3.1.2 às demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015 e válidas para essas Informações Trimestrais - ITR, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PERÍODOS DE 1º DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir do segundo trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passaram a ser apresentadas de forma consolidada e individual, contemplando o efeito do resultado da controlada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda. (anteriormente denominada DEB Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. – vide nota explicativa n.º 1), a partir de 7 de maio. A operação de transferência do controle societário para a Companhia foi realizada no dia 6 de maio de 2015.

Principais indicadores (em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado	% Variação
	1T2015	1T2016	
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	338.071	363.518	7,5
(-) Deduções à receita operacional	(46.050)	(41.907)	-9,0
Receita operacional líquida	292.021	321.611	10,1
(-) Despesas operacionais	(211.634)	(159.375)	-24,7
Resultado do serviço	80.387	162.236	101,8
Ebitda	134.574	218.529	62,4
<i>Margem ebitda - %</i>	<i>46,1%</i>	<i>67,9%</i>	
Resultado financeiro	(44.575)	(53.957)	21,0
Resultado operacional	35.812	108.279	202,4
Lucro líquido do período	23.389	71.250	204,6
<i>Margem líquida - %</i>	<i>8,0%</i>	<i>22,2%</i>	
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	247,68	754,50	204,6

Dos valores consolidados apresentados acima, a controlada representa 2,6% da receita operacional líquida (R\$ 8,3 milhões), 3,8% da despesa operacional (R\$ 6,0 milhões) e 2,0% do lucro líquido registrado no período (R\$ 1,4 milhão).

	Controladora	Consolidado	% Variação
	31/03/2015	31/03/2016	
Indicadores financeiros			
Ativos totais	3.754.013	4.109.124	9,5
Dívidas em moeda nacional	(1.219.551)	(1.409.872)	15,6
Patrimônio líquido	(1.893.185)	(1.901.242)	0,4

Despesas Operacionais (em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado	% Variação
	1T2015	1T2016	
Pessoal	(22.481)	(22.664)	0,8
Material	(1.150)	(1.060)	-7,8
Serviços de terceiros	(8.017)	(9.779)	22,0
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.252)	(1.416)	13,1
Energia elétrica comprada para revenda	(83.979)	(7.439)	-91,1
Encargos de uso da rede elétrica	(22.038)	(26.388)	19,7
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(14.296)	(23.392)	63,6
Depreciação e amortização	(54.187)	(56.293)	3,9
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(1.030)	(1.397)	35,6
Reversão / (constituição) de estimativa para crédito de liquidação duvidosa	220	(4.091)	-1.959,5
Aluguéis	(893)	(933)	4,5
Seguros	(1.358)	(2.442)	79,8
Outras	(1.173)	(2.081)	77,4
	(211.634)	(159.375)	-24,7

As despesas operacionais totalizaram R\$ 159,4 milhões no 1º trimestre de 2016, uma redução de 24,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 211,6 milhões).

A Controlada contribuiu em R\$ 6,0 milhões no total das despesas operacionais consolidadas do 1º trimestre de 2016.

Os principais fatores que impactaram as despesas operacionais foram:

- Energia elétrica comprada para revenda: redução de R\$ 76,5 milhões ou 91,1%, em decorrência do menor preço no mercado de curto prazo (PLD – Preço de Liquidação das Diferenças), devido à ligeira recuperação do cenário hidrológico;
- Encargos de uso da rede elétrica: aumento de R\$ 4.350 ou 19,7% no trimestre é decorrente dos reajustes incidentes sobre estes encargos durante 2016;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: aumento de R\$ 9,1 milhões, ou 63,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, essa variação ocorre principalmente devido ao reajuste de 9,5% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 85,26/MWh para R\$ 93,35/MWh a partir de 1º de janeiro de 2016, e também pelo aumento de 49,6% no volume gerado no trimestre (3.712.351,84 MWh no 1º trimestre de 2016 e 2.480.848,93 MWh no 1º trimestre de 2015);
- Reversão / (constituição) de estimativa de créditos de liquidação duvidosa: aumento de R\$ 4,3 milhões, ou 1.959,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, essa variação decorre principalmente em função dos efeitos da liquidação do mercado de curto prazo.

Ebitda e margem Ebitda (em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado	% Variação
	1T2015	1T2016	
Lucro líquido do período	23.389	71.250	204,6%
Imposto de renda e contribuição social	12.423	37.029	198,1%
Resultado financeiro (líquido)	44.575	53.957	21,0%
Depreciação e amortização	54.187	56.293	3,9%
Ebitda	134.574	218.529	62,4%
<i>Margem Ebitda</i>	46,1%	67,9%	

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda aumentou 62,4% em comparação ao mesmo período ano anterior, principalmente em decorrência da redução no volume de energia comprada para revenda, parcialmente compensado pelo aumento da despesa financeira decorrente do aumento nos índices inflacionários e pela redução do volume médio de caixa aplicado no período.

Resultado financeiro (em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado	% Variação
	1T2015	1T2016	
Receitas	5.983	16.662	178,5
Despesas	(50.558)	(70.619)	39,7
Resultado financeiro líquido	(44.575)	(53.957)	21,0

O resultado financeiro líquido apresentado no 1º trimestre de 2016 foi negativo em R\$ 54,0 milhões, o que representa um impacto negativo de 21,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa variação decorreu da diminuição das receitas financeiras ocasionada principalmente pelo menor volume médio investido no período; e também do aumento das despesas financeiras consequência da elevação dos índices inflacionários.

Debêntures (em milhares de Reais)

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora	Controladora e Consolidado
				31/03/2015	31/03/2016
3 ^a	Única	Variação CDI + 1,15% a.a.	10/01/2017	153.777	77.242
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% a.a.	16/07/2018	255.613	256.622
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % a.a.	16/07/2023	293.065	322.688
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% a.a.	20/05/2019	247.785	249.942
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% a.a.	20/05/2021	269.311	297.054
				1.219.551	1.203.548

O saldo de debêntures da Controladora, no 1º trimestre de 2016, é de R\$ 1.203,5 milhões, inferior em 1,3% em comparação aos R\$ 1.219,5 milhões, do mesmo período do ano anterior.

Essa variação é resultado principalmente da apropriação de juros e correção monetária do período, compensada parcialmente pelo pagamento de principal da 3ª emissão ocorrida em janeiro de 2016, e pelo pagamento de juros da 3ª, 4ª e 5ª emissões ocorridos maio, julho e novembro de 2015 e janeiro de 2016.

Empréstimo (em milhares de Reais)

	Remuneração	Vencimento	Controladora	Controladora e Consolidado
			31/03/2015	31/03/2016
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Variação CDI + 1,4% a.a.	05/05/2017	-	206.324

Em maio de 2015, a Controladora realizou captação de empréstimo com o banco Citibank, no montante de R\$ 181 milhões, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,4% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo é de dois anos, podendo ocorrer um pré-pagamento após o primeiro ano de vigência do contrato. Não há ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas.

Dívida financeira líquida (em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado	% Variação
	31/03/2015	31/03/2016	
Empréstimo	-	206.324	100,0
Debêntures	1.219.551	1.203.548	-1,3
Curto Prazo	122.249	208.855	70,8
Longo Prazo	1.097.302	994.693	-9,4
Caixa	(118.502)	(451.236)	280,8
Dívida líquida	1.101.049	958.636	-12,9

A dívida líquida consolidada que é composta pelo endividamento, deduzindo recursos de caixa e equivalentes de caixa, reduziu 12,9% comparado ao mesmo período de 2015. Essa variação decorre principalmente, do aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, impactados negativamente no 1º trimestre de 2015, devido à redução de capital ocorrida no fim de 2014 compensados pela captação de empréstimo em maio de 2015.

Lucro líquido do período

Em função dos itens supracitados a Companhia registrou, no primeiro trimestre de 2016, lucro líquido de R\$ 71,3 milhões, resultado superior em R\$ 47,9 milhões ou 204,6%, registrados no mesmo período do ano anterior.

A Controladora registrou como equivalência patrimonial, como efeito do resultado apurado de sua controlada, o montante de R\$ 1,4 milhão.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	415.150	416.964	451.236	464.069
Clientes	7	145.777	164.394	149.004	169.832
Tributos a recuperar	8	4.626	4.196	5.782	5.147
Serviços em curso		15.263	17.995	15.263	17.995
Despesas antecipadas		8.148	346	8.389	346
Devedores diversos		1.707	1.505	2.076	1.868
Partes relacionadas	15.1	158	234	158	234
Outros ativos		117	129	119	129
Total do ativo circulante		590.946	605.763	632.027	659.620
Não circulante					
Clientes	7	217	366	217	366
Tributos a recuperar	8	960	960	2.151	2.128
Depósitos judiciais	9	44.301	43.230	44.301	43.230
Fundos vinculados		51	51	51	51
Despesas antecipadas		3.272	3.337	3.272	3.337
Investimentos		188.376	186.974	26	26
Controladas	10	188.350	186.948	-	-
Outros		26	26	26	26
Imobilizado	11	3.246.713	3.290.790	3.397.114	3.443.199
Intangível	12	29.722	30.386	29.965	30.631
Total do ativo não circulante		3.513.612	3.556.094	3.477.097	3.522.968
Total do ativo		4.104.558	4.161.857	4.109.124	4.182.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Circulante					
Fornecedores	13	221.869	171.961	223.928	175.719
Arbitragem	14	-	-	-	15.081
Salários e encargos sociais		9.924	12.513	10.107	12.706
Debêntures	16	208.855	207.974	208.855	207.974
Tributos a recolher	8	61.839	138.061	62.727	138.883
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.4	117.557	161.904	117.557	161.904
Obrigações estimadas		7.635	7.376	7.824	7.535
Cibacap	18	1.000	-	1.000	-
Encargos setoriais	22	32.992	36.814	32.999	36.822
Outros passivos		1.917	344	2.005	445
Total do passivo circulante		663.588	736.947	667.002	757.069
Não circulante					
Empréstimos	17	206.324	199.125	206.324	199.125
Debêntures	16	994.693	1.051.684	994.693	1.051.684
Receitas Diferidas		26.404	27.437	26.883	27.813
Obrigações especiais	21	2.567	2.658	2.567	2.658
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	20	27.936	26.467	28.609	26.700
Cibacap	18	9.420	10.135	9.420	10.135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	248.719	272.561	248.719	272.561
Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSDg	13	10.707	9.802	10.707	9.802
Encargos setoriais	22	7.262	5.462	7.262	5.462
Outros passivos		5.696	5.696	5.696	5.696
Total do passivo não circulante		1.539.728	1.611.027	1.540.880	1.611.636
Patrimônio líquido					
Capital social	23.1	839.138	839.138	839.138	839.138
Reservas de capital	23.2	121.420	105.468	121.420	105.468
Reserva de lucros	23.3	137.291	137.134	137.291	137.134
Lucros acumulados	23.4	88.779	-	88.779	-
Ajustes de avaliação patrimonial	23.5	714.614	732.143	714.614	732.143
Total do patrimônio líquido		1.901.242	1.813.883	1.901.242	1.813.883
Total do passivo e patrimônio líquido		4.104.558	4.161.857	4.109.124	4.182.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016
Receita operacional líquida	24	313.321	292.021	321.611
(Despesas) / receitas operacionais	25			
Pessoal		(22.141)	(22.481)	(22.664)
Material		(939)	(1.150)	(1.060)
Serviços de terceiros		(8.658)	(8.017)	(9.779)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE		(1.396)	(1.252)	(1.416)
Energia comprada para revenda	26.2	(7.236)	(83.979)	(7.439)
Encargos de uso da rede elétrica	26.3	(26.269)	(22.038)	(26.388)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(23.392)	(14.296)	(23.392)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(53.971)	(54.187)	(56.293)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(1.031)	(1.030)	(1.397)
(Provisão) / reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa		(3.051)	220	(4.091)
Aluguéis		(905)	(893)	(933)
Seguros		(2.367)	(1.358)	(2.442)
Outras		(1.977)	(1.173)	(2.081)
		(153.333)	(211.634)	(159.375)
Resultado de Participações societárias				
Equivalência Patrimonial	10	1.402	-	-
Lucro operacional		161.390	80.387	162.236
Resultado financeiro	27			
Receitas		15.271	5.983	16.662
Despesas		(69.136)	(50.558)	(70.619)
		(53.865)	(44.575)	(53.957)
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		107.525	35.812	108.279
Imposto de renda e contribuição social	8.2			
Corrente		(60.198)	(21.792)	(60.952)
Diferido		23.923	9.369	23.923
		(36.275)	(12.423)	(37.029)
Lucro (Prejuízo) líquido do período		71.250	23.389	71.250
Lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)				
Lucro básico e diluído por ação PN	28	0,75450	0,24768	0,75450
Lucro básico e diluído por ação ON	28	0,75450	0,24768	0,75450

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/03/2016	31/03/2015
Lucro líquido do período	71.250	23.389
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	238	349
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(81)	(119)
	157	230
Resultado abrangente do período	71.407	23.619

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial (vide Nota 23.5)	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	839.138	105.468	137.134	-	732.143	1.813.883
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do período	-	-	-	71.250	-	71.250
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	238	238
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(81)	(81)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	157	-	(157)	-
Reserva de capital referente ao reembolso da Brasil para Paranapanema referente ao pagamento da arbitragem da controladora	-	15.952	-	-	-	15.952
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	15.952	157	71.250	-	87.359
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide nota n.º 23.5)	-	-	-	26.560	(26.560)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(9.031)	9.031	-
	-	-	-	17.529	(17.529)	-
Saldos em 31 de março de 2016	839.138	121.420	137.291	88.779	714.614	1.901.242

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido da Controladora
		Capital	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	839.138	99.537	127.176	-	803.715	1.869.566
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do período	-	-	-	23.389	-	23.389
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	349	349
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(119)	(119)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	230	-	(230)	-
	-	-	230	23.389	-	23.619
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	26.801	(26.801)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(9.112)	9.112	-
	-	-	-	17.689	(17.689)	-
Saldos em 31 de março de 2015	839.138	99.537	127.406	41.078	786.026	1.893.185

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do período	71.250	23.389	71.250
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	53.971	54.187	56.293
Perdas / (ganhos) na baixa do ativo imobilizado/intangível	615	(292)	645
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(20)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.923)	(9.369)	(23.923)
Provisão / (reversão) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	3.051	(220)	4.091
Juros sobre empréstimo CCB	7.199	-	7.199
Juros sobre debêntures	30.295	28.945	30.295
Variação monetária sobre debêntures	17.780	18.671	17.780
Provisão / (Reversão) para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	1.031	1.035	1.396
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	641	136	723
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(1.071)	(937)	(1.071)
Atualização financeira por processo arbitral	-	-	871
Equivalência patrimonial	(1.402)	-	-
Variações nos ativos e passivos			
Clientes	15.715	4.486	16.886
Devedores diversos	(202)	302	(208)
Partes relacionadas	76	(8)	76
Serviços em curso	(1.361)	3.007	(1.361)
Fundos vinculados	-	(3)	-
Despesas antecipadas	(7.737)	(4.240)	(7.978)
Fornecedores	50.813	667	49.114
Salários e encargos sociais	(2.589)	(1.481)	(2.599)
Impostos, taxas e contribuições	50.718	30.693	50.556
Obrigações estimadas	259	(252)	289
Receita diferida	(1.033)	3.698	(930)
Cibacap	285	175	285
Reversões/(provisões) para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(203)	(2.820)	(210)
Outras variações ativas e passivas	3.894	(6.499)	3.878
Caixa gerado pelas operações	268.072	143.270	273.327
Juros e variação monetária pagos sobre debêntures	(29.185)	(24.002)	(29.185)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(127.370)	(75.923)	(127.370)
Pagamento referente ao processo de arbitragem (vide nota n.º 14)	-	-	(15.952)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	111.517	43.345	100.820
Fluxos de caixa de atividades de investimentos			
Reserva de capital referente ao reembolso da Brasil para Paranapanema pelo pagamento da arbitragem da controlada	15.952	-	15.952
Recebimento na venda de imobilizado	181	2.880	181
Adições no ativo imobilizado	(10.025)	(6.005)	(10.347)
Adições no ativo intangível	(92)	(385)	(92)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	6.016	(3.510)	5.694
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures	(75.000)	-	(75.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(44.347)	(62.724)	(44.347)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(119.347)	(62.724)	(119.347)
(Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(1.814)	(22.889)	(12.833)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	416.964	141.391	464.069
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	415.150	118.502	451.236

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016
Receitas			
Vendas de energia	354.845	337.972	363.474
Receitas relativas à construção de ativos próprios	10.065	6.005	10.387
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(3.051)	220	(4.091)
	361.859	344.197	369.770
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia comprada e encargos de uso da rede	(33.505)	(106.017)	(33.827)
Materiais e serviços de terceiros	(19.662)	(15.172)	(21.224)
Outros custos operacionais	(4.833)	(3.058)	(5.287)
	(58.000)	(124.247)	(60.338)
Valor adicionado bruto	303.859	219.950	309.432
Depreciação e amortização	(53.971)	(54.187)	(56.293)
Valor adicionado líquido produzido	249.888	165.763	253.139
Aluguéis	43	99	43
Resultado de equivalência patrimonial	1.402	-	-
Receitas financeiras	15.271	5.983	16.662
Valor adicionado recebido em transferência	16.716	6.082	16.705
Valor adicionado total a distribuir	266.604	171.845	269.844
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	12.045	11.825	12.319
Benefícios	2.689	1.972	2.802
FGTS	2.137	2.826	2.159
Provisão para gratificação (bônus)	1.387	1.442	1.406
Participação nos resultados	702	1.118	724
Encargos sociais (exceto INSS)	826	885	844
	19.786	20.068	20.254
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	100.352	63.243	101.611
Estaduais	5.126	13.651	5.128
Municipais	49	43	49
	105.527	76.937	106.788
Remuneração de capitais de terceiros			
Aluguéis	905	893	933
Juros sobre debêntures	30.295	28.945	30.295
Juros sobre empréstimos	7.199	-	7.199
Variação monetária sobre debêntures	17.780	18.671	17.780
Outras despesas financeiras	13.862	2.942	15.345
	70.041	51.451	71.552
Outros			
Lucros retidos	88.779	41.078	88.779
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	(17.529)	(17.689)	(17.529)
	71.250	23.389	71.250
Valor adicionado distribuído	266.604	171.845	269.844

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 31 DE MARÇO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: UHE Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 10, em 06 de maio de 2015 a Companhia adquiriu 99,99% de participação societária na DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. ("DEB"), com base nos acordos contratuais firmados entre Duke Energy International, Brasil Ltda. ("Duke Brasil") e a Companhia.

Em novembro de 2015, a razão social da DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. foi alterada para Duke Energy International Geração Sapucaí–Mirim Ltda. ("controlada"). Os demais dados permanecem sem alteração.

A capacidade instalada da controlada Duke Energy International Geração Sapucaí–Mirim Ltda., é de 32,5MW, composta pelas PCH Retiro e PCH Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

Em 31 de março de 2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 72.642 na Controladora e R\$ 34.975 no Consolidado (R\$ 131.184 e R\$ 97.449 respectivamente, em 31 de dezembro de 2015), principalmente em virtude da transferência referente à 1^a parcela da 4^a emissão de debêntures, série 1, para o passivo circulante, que será liquidada em julho de 2016 e além disso ocorreu o provisionamento de dividendos a pagar. A geração de caixa da Companhia, decorrente de suas atividades operacionais, será suficiente para equalizar esse cenário.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 131.184 (R\$ 97.449 no Consolidado), principalmente em virtude da transferência referente a 1^a parcela da 4^a emissão de debêntures, série 1, para o passivo circulante, que será liquidada em julho de 2016, o provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, aumento na provisão de tributos a recolher e o grande volume de compra de energia realizada no período. A geração de caixa da Companhia, decorrente de suas atividades operacionais, será suficiente para equalizar esse cenário.

O Brasil passou por uma crise hidrológica severa nos últimos dois anos, reduzindo os reservatórios e elevando o nível do despacho das usinas termoelétricas ao máximo. O Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto, o que elevou a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF – *Generation Scaling Factor* (Fator de Ajuste da Garantia Física).

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) entrou com uma liminar para mitigar a exposição das geradoras a este nível do GSF até a alocação apropriada dos custos do despacho fora da ordem de mérito.

Em 02 de julho de 2015, essa liminar foi concedida a favor da APINE, limitando a exposição da Companhia e de outros geradores ao GSF, até que o mérito da ação seja julgado. A decisão da APINE está sujeita a recurso e o resultado da ação é incerto, portanto não é possível prever o impacto na Companhia e sua controlada.

Em 08 de dezembro de 2015, o governo federal promulgou a Lei 13.203/2015 que apresentou as diretrizes para uma proposta de repactuação do risco hidrológico do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), tanto no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") como no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), estabelecendo um novo dispositivo legal para repactuar o risco hidrológico dos participantes do MRE por tempo determinado.

Em linhas gerais, a proposta para o ACL oferecia benefício econômico pela compra de energia em 2015, por meio de um alívio dos resultados com a criação de um ativo intangível de parte desse valor.

Além disso, o acordo de repactuação previa uma extensão do período de concessão, equivalente ao valor deste intangível e a aquisição de uma espécie de seguro, na forma de energia de reserva para o período de 2016 a 2018.

Por fim, o acordo exigia a aquisição de um seguro adicional, a título de energia de reserva incremental pelo período de 2019, até o término da concessão. O resultado da aquisição deste seguro incremental e sua utilização, se negativa, também seria objeto de extensão do contrato de concessão.

Como contrapartida, os agentes que aderissem a repactuação do risco hidrológico, tanto no ACR como no ACL, teriam de abrir mão de toda e qualquer disputa judicial em relação ao risco hidrológico no âmbito do MRE.

Após análises em relação ao valor resultante desta opção e considerando as incertezas em relação ao comportamento das variáveis envolvidas, levaram a Companhia e sua controlada à decisão pela não repactuação.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de maio de 2016.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

Informações financeiras individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho individual e consolidado da Companhia e sua controlada durante o período intermediário.

A Companhia declara que, a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015. As correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.21 daquelas demonstrações financeiras.

A Controladora avaliou os novos pronunciamentos e interpretações de CPC/IFRS vigentes a partir de 1º de janeiro de 2016 e concluiu que não impactam significativamente suas demonstrações financeiras.

2.2. Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controlada

Controlada é uma entidade na qual a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da Controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de março de 2016, a Companhia mantém o controle da Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda., conforme descrito na nota explicativa n.º 10.

2.3. Contratos de Concessão

Controladora

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	47,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	176,1	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	55,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619,0	337,5	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	205,6	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	182,7	22/09/1999	21/09/2029
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/1998	29/07/2033
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	48,0	30/07/1998	29/07/2033
						2.241,3	1.108,9	

As informações referentes aos contratos de concessão são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.11.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

2.4. Resoluções Autorizativas

Controlada

Resolução de Autorização ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Autorização	Vencimento Autorização
549/2002	Retiro	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032
706/2002	Palmeiras	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032
						32,5	16,2	

As informações referentes às resoluções autorizativas são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.11.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

2.5. *Impairment de ativos não financeiros*

A Companhia declara que as informações sobre o *impairment* de ativos não financeiros descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 2.12 daquelas demonstrações financeiras.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 3 daquelas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO DO NEGÓCIO

As informações sobre fatores de risco descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas n.º 4 daquelas demonstrações financeiras, exceto pela análise da sensibilidade e gestão de capital, descritas a seguir:

4.1. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimo e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua controlada estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes dos últimos 12 meses e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Divida			31/03/2016	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%	Controladora		
Debêntures	Emissão	Indexador									
	3 ^a	CDI	(77.242)	(6.191)	(8.842)	(11.494)	(14.145)	(16.796)			
	4 ^a S1	CDI	(256.622)	(19.285)	(28.094)	(36.902)	(45.711)	(54.519)			
	4 ^a S2	IPCA	(322.688)	(34.737)	(42.312)	(49.888)	(57.463)	(65.038)			
	5 ^a S1	CDI	(249.942)	(19.383)	(27.962)	(36.542)	(45.121)	(53.700)			
	5 ^a S2	IPCA	(297.054)	(34.770)	(41.744)	(48.717)	(55.690)	(62.664)			
Empréstimo		CDI	(206.324)	(17.053)	(24.135)	(31.217)	(38.299)	(45.381)			
			(1.409.872)	(131.419)	(173.089)	(214.760)	(256.429)	(298.098)			
Caixa e equivalentes de caixa			CDI	415.150	28.500	42.750	57.000	71.250	85.500		
Total da exposição líquida				(994.722)	(102.919)	(130.339)	(157.760)	(185.179)	(212.598)		

Dívida			31/03/2016	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%	Consolidado
Debêntures	Emissão	Indexador							Debêntures
	3 ^a	CDI	(77.242)	(6.191)	(8.842)	(11.494)	(14.145)	(16.796)	
	4 ^a S1	CDI	(256.622)	(19.285)	(28.094)	(36.902)	(45.711)	(54.519)	
	4 ^a S2	IPCA	(322.688)	(34.737)	(42.312)	(49.888)	(57.463)	(65.038)	
	5 ^a S1	CDI	(249.942)	(19.383)	(27.962)	(36.542)	(45.121)	(53.700)	
	5 ^a S2	IPCA	(297.054)	(34.770)	(41.744)	(48.717)	(55.690)	(62.664)	
Empréstimo		CDI	(206.324)	(17.053)	(24.135)	(31.217)	(38.299)	(45.381)	
			(1.409.872)	(131.419)	(173.089)	(214.760)	(256.429)	(298.098)	
Caixa e equivalentes de caixa		CDI	451.236	30.978	46.466	61.955	77.444	92.933	
Total da exposição líquida			(958.636)	(100.441)	(126.623)	(152.805)	(178.985)	(205.165)	
				Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
				IPCA	4,70%	7,04%	9,39%	11,74%	14,09%
				CDI	6,87%	10,30%	13,73%	17,16%	20,60%

4.2. Gestão de capital

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Empréstimos (vide nota n.º 17)		206.324	199.125	206.324	199.125
Debêntures (vide nota n.º 16)		1.203.548	1.259.658	1.203.548	1.259.658
Caixa e equivalentes de caixa (vide nota n.º 6)		(415.150)	(416.964)	(451.236)	(464.069)
Dívida líquida		994.722	1.041.819	958.636	994.714
Patrimônio líquido		1.901.242	1.813.883	1.901.242	1.813.883
Total do capital		2.895.964	2.855.702	2.859.878	2.808.597
Índice de alavancagem financeira (%)*		34,3	36,5	33,5	35,4

*Dívida líquida / total do capital

As variações do saldo de Gestão de Capital decorrem da movimentação normal do período.

4.3. Estimativa do valor justo

A Companhia declara que as informações sobre estimativa do valor justo descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 4.3 daquelas demonstrações financeiras.

5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (vide nota explicativa n.º 6):

Standard & Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
A-3	BR-1	-	6	-	6
B	BR-1	414.989	289.929	450.824	336.637
B	-	158	127.026	409	127.423
*	*	3	3	3	3
		415.150	416.964	451.236	464.069

* O saldo de R\$ 3 em 31 de março de 2016 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	234	1.885	500	2.301
Aplicações financeiras				
Certificado de depósito bancário - CDB	396.404	397.063	432.073	443.605
Fundo renda fixa	18.512	18.016	18.663	18.163
	415.150	416.964	451.236	464.069

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificado de depósitos bancários e fundos de investimentos de renda fixa, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

7. CLIENTES

	Controladora			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contratos bilaterais	126.703	502	108.414	651
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	22.125	-	55.980	-
	148.828	502	164.394	651
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(3.051)	(285)	-	(285)
	145.777	217	164.394	366

	Consolidado			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contratos bilaterais	129.679	630	111.537	779
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	23.488	-	58.367	-
	153.167	630	169.904	779
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(4.163)	(413)	(72)	(413)
	149.004	217	169.832	366

Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa ("ECLD"):

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(285)	(485)
Constituição	(3.051)	(4.091)
Saldo em 31 de março de 2016	(3.336)	(4.576)

A variação no saldo de “Estimativa para créditos de liquidação duvidosa” decorre principalmente dos efeitos ocorridos na liquidação do mercado de curto prazo no 1º trimestre de 2016.

As demais variações do saldo de Clientes decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2016		31/12/2015		31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo								
IRPJ e CSLL	3.595	819	2.922	819	4.751	819	3.873	819
PIS e COFINS	1.031	141	1.274	141	1.031	141	1.274	141
INSS	-	-	-	-	-	1.191	-	1.168
	4.626	960	4.196	960	5.782	2.151	5.147	2.128
Passivo								
IRPJ e CSLL	48.624	-	117.587	-	49.378	-	118.246	-
PIS e COFINS	11.097	-	10.376	-	11.213	-	10.510	-
ICMS	1.848	-	1.511	-	1.848	-	1.511	-
IRRF sobre JSCP	-	-	8.176	-	-	-	8.176	-
Outros	270	-	411	-	288	-	440	-
	61.839	-	138.061	-	62.727	-	138.883	-
Ativo de imposto diferido								
Diferenças temporárias	-	(88.338)	-	(72.544)	-	(88.338)	-	(72.544)
Benefício fiscal	-	(27.259)	-	(28.183)	-	(27.259)	-	(28.183)
Receita diferida	-	(9.360)	-	(9.338)	-	(9.360)	-	(9.338)
Passivo de imposto diferido								
Ajuste de avaliação patrimonial	-	368.134	-	377.165	-	368.134	-	377.165
Ajuste atuarial plano de pensão	-	2.505	-	2.424	-	2.505	-	2.424
Mais valia - Investimento em controlada	-	3.037	-	3.037	-	3.037	-	3.037
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	248.719	-	272.561	-	248.719	-	272.561

A Controlada é optante pelo regime de tributação de lucro presumido.

As variações do saldo de Tributos a Recuperar/Recolher decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita nas notas explicativas 8 e 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	Controladora e Consolidado			
	31/03/2015		31/12/2015	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação (vide nota n.º 23.2)	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(225.219)	148.640	(76.579)	(75.655)
Saldos no final do exercício	80.187	(52.928)	27.259	28.183

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/03/2016	31/03/2015
Amortização do ágio	(2.717)	(2.943)
Reversão da provisão	1.793	1.942
Benefício fiscal	924	1.001
Efeito líquido no período	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	Controladora e Consolidado							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 - 2024	2025 em diante	Total
Realização estimada	2.771	3.299	2.946	2.630	2.097	7.383	6.133	27.259

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período, estando à íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

8.2. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	31/03/2016			31/03/2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		107.525			35.812	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	26.881	9.677	36.558	8.953	3.223	12.176
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(565)	18	(547)	(546)	18	(528)
Despesas indedutíveis	610	70	680	666	122	788
Equivalência de controladas	(350)	(126)	(476)	-	-	-
Outros	60	-	60	(14)	1	(13)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	26.636	9.639	36.275	9.059	3.364	12.423
IRPJ e CSLL correntes	44.226	15.972	60.198	15.948	5.844	21.792
IRPJ e CSLL diferidos	(17.590)	(6.333)	(23.923)	(6.889)	(2.480)	(9.369)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	26.636	9.639	36.275	9.059	3.364	12.423
Alíquota efetiva	24,8%	9,0%	33,8%	25,3%	9,4%	34,7%

	Consolidado		
	31/03/2016		
	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		108.279	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	27.070	9.745	36.815
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva			
Amortização encargo credor inflacionário	(565)	18	(547)
Despesas indedutíveis	610	70	680
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(11)	32	21
Outros	60	-	60
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	27.164	9.865	37.029
IRPJ e CSLL correntes	44.754	16.198	60.952
IRPJ e CSLL diferidos	(17.590)	(6.333)	(23.923)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	27.164	9.865	37.029
Alíquota efetiva	25,1%	9,1%	34,2%

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

As variações dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ambiental	5.523	5.404	5.523	5.404
Fiscal:	9.420	9.214	9.420	9.214
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.384	1.356	1.384	1.356
Débitos em disputa referentes à IRRF, IRPJ e CSLL	122	119	122	119
Débitos em disputa referentes à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF	7.914	7.739	7.914	7.739
TUSD-g	29.358	28.612	29.358	28.612
	44.301	43.230	44.301	43.230

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais, recursais ou não, não relacionados com as provisões para riscos prováveis, descritos na nota explicativa n.º 20, e todos são atualizados monetariamente.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

10. INVESTIMENTO

Em 22 de abril de 2015, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.182/2015, por meio da qual a ANEEL aprovou a transferência do controle societário direto da Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda. (então DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda.) para a Duke Energy International – Geração Paranapanema S.A., a qual, foi concluída em 06 de maio de 2015.

A partir dessa data, a Controladora passou a reconhecer os resultados apurados na controlada por meio de equivalência patrimonial, e os saldos iniciais em 6 de maio de 2015, eram:

	Controlada
Saldo em 06 de maio de 2015	
Patrimônio líquido na data de aquisição	200.368
Ativo total	217.061
Receita líquida	14.223

A contraprestação para a aquisição do controle acionário foi de R\$ 191.433 e o pagamento desse valor ocorreu na mesma data da conclusão do processo de transferência do controle societário. A diferença apurada entre a contraprestação paga e o valor patrimonial da controlada na data da aquisição, no montante de R\$ 5.897 (vide nota 23.2), líquido dos efeitos

tributários, foi registrada como uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Controladora, uma vez que se trata de uma operação entre entidades sob controle comum.

a) Controlada

Empresa controlada	Quantidade de Quotas	Participação Direta (%)	31/03/2016	31/12/2015
			Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	398.617.358	99,99%	188.350	186.948

b) Movimentação dos investimentos da Controladora

Controlada	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	186.948
Equivalência patrimonial	1.402
Saldo em 31 de março de 2016	188.350

c) Informações financeiras da Controlada

	Controlada	
	31/03/2016	31/12/2015
Patrimônio líquido	188.350	186.948
Lucro / (prejuízo) líquido do período	1.402	(13.420)
Ativo total	192.915	207.679
Receita líquida do período	8.291	25.237

11. IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2015
Em serviço				
Terrenos	210.982	-	210.982	210.982
Reservatórios, barragens e adutoras	3.407.815	(1.103.016)	2.304.799	2.343.008
Edificações, obras civis e benfeitorias	454.269	(159.864)	294.405	298.269
Máquinas e equipamentos	852.656	(317.111)	535.545	542.125
Veículos	6.588	(2.130)	4.458	4.238
Móveis e utensílios	1.857	(1.429)	428	465
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)
	4.733.492	(1.583.550)	3.149.942	3.198.412
Em curso				
Terrenos	4.248	-	4.248	4.248
Reservatórios, barragens e adutoras	2.427	-	2.427	2.124
Edificações, obras civis e benfeitorias	284	-	284	207
Máquinas e equipamentos	87.430	-	87.430	83.149
Veículos	849	-	849	1.104
Móveis e utensílios	1.533	-	1.533	1.546
	96.771	-	96.771	92.378
	4.830.263	(1.583.550)	3.246.713	3.290.790
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(2.058)	524	(1.534)	(1.515)
	4.828.205	(1.583.026)	3.245.179	3.289.275

	Consolidado					Taxa média anual de depreciação	
	Custo	Depreciação acumulada	31/03/2016		31/12/2015		
			Valor líquido	Valor líquido			
Em serviço							
Terrenos	220.387	-	220.387	220.387			
Reservatórios, barragens e adutoras	3.642.648	(1.116.495)	2.526.153	2.565.279	4,3%		
Edificações, obras civis e benfeitorias	491.831	(162.213)	329.618	333.684	3,2%		
Máquinas e equipamentos	972.644	(326.942)	645.702	651.594	5,1%		
Veículos	6.648	(2.158)	4.490	4.272	13,7%		
Móveis e utensílios	1.975	(1.447)	528	568	4,6%		
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)			
	5.135.458	(1.609.255)	3.526.203	3.575.109			
Em curso							
Terrenos	14.086	-	14.086	14.015			
Reservatórios, barragens e adutoras	2.427	-	2.427	2.387			
Edificações, obras civis e benfeitorias	410	-	410	333			
Máquinas e equipamentos	88.936	-	88.936	86.055			
Veículos	849	-	849	1.104			
Móveis e utensílios	1.533	-	1.533	1.546			
	108.241	-	108.241	105.440			
Reversão/(perda) pela não recuperabilidade de ativos	(237.330)	-	(237.330)	(237.350)			
	5.006.369	(1.609.255)	3.397.114	3.443.199			
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(2.058)	524	(1.534)	(1.515)			
	5.004.311	(1.608.731)	3.395.580	3.441.684			

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora					Valor líquido em 31/03/2016
	Valor líquido em 31/12/2015	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	
Terrenos	215.230	-	-	-	-	215.230
Reservatórios, barragens e adutoras	2.345.132	304	(38.210)	-	-	2.307.226
Edificações, obras civis e benfeitorias	298.476	78	(3.713)	(152)	-	294.689
Máquinas e equipamentos	625.274	9.365	(11.190)	(544)	70	622.975
Veículos	5.342	262	(214)	(83)	-	5.307
Móveis e utensílios	2.011	56	(19)	(17)	(70)	1.961
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.290.790	10.065	(53.346)	(796)	-	3.246.713
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(1.515)	(40)	21	-	-	(1.534)
	3.289.275	10.025	(53.325)	(796)	-	3.245.179

	Consolidado					Valor líquido em 31/03/2016
	Valor líquido em 31/12/2015	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	
Terrenos	234.402	71	-	-	-	234.473
Reservatórios, barragens e adutoras	2.567.666	303	(39.414)	(28)	53	2.528.580
Edificações, obras civis e benfeitorias	334.017	79	(3.916)	(152)	-	330.028
Máquinas e equipamentos	737.649	9.614	(12.099)	(545)	19	734.638
Veículos	5.376	263	(216)	(84)	-	5.339
Móveis e utensílios	2.114	57	(21)	(17)	(72)	2.061
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.680.549	10.387	(55.666)	(826)	-	3.634.444
Reversão/(perda) pela não recuperabilidade de ativos	(237.350)	-	-	20	-	(237.330)
	3.443.199	10.387	(55.666)	(806)	-	3.397.114
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(1.515)	(40)	21	-	-	(1.534)
	3.441.684	10.347	(55.645)	(806)	-	3.395.580

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de março de 2016 e de 2015 foi de R\$ 26.177 e R\$ 25.988, respectivamente, as demais informações referente ao custo atribuído no ativo imobilizado estão descritas na nota explicativa n.º 11.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015..

A principal adição ocorrida no ativo imobilizado é referente a reforma, modernização e repotenciação das unidades geradoras das Usinas Hidrelétricas de Chavantes e Capivara que totaliza o valor de R\$ 7,3 milhões.

As variações dos saldos do ativo imobilizado decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

12. INTANGÍVEL

O saldo em 31 de março de 2016 é constituído por direitos de uso de software, servidão de passagem e pelo direito de Uso de Bem Público - UBP.

a) Composição

	Controladora			31/12/2015
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Em serviço				
UBP	53.494	(28.050)	25.444	25.907
Software	24.648	(21.295)	3.353	3.646
Servidão de passagem	75	-	75	75
	78.217	(49.345)	28.872	29.628
Em curso				
Software	850	-	850	758
Servidão de passagem	-	-	-	-
	850	-	850	758
	79.067	(49.345)	29.722	30.386
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(2.207)	1.174	(1.033)	(1.143)
	76.860	(48.171)	28.689	29.243

	Consolidado			Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Em serviço				
UBP	53.494	(28.050)	25.444	25.907
Software	24.713	(21.321)	3.392	3.687
Servidão de passagem	262	-	262	262
	78.469	(49.371)	29.098	29.856
Em curso				
Software	850	-	850	758
Servidão de passagem	17	-	17	17
	867	-	867	775
	79.336	(49.371)	29.965	30.631
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(2.207)	1.174	(1.033)	(1.143)
	77.129	(48.197)	28.932	29.488

b) Movimentação intangível

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2015	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/03/2016
UBP	25.907	-	(463)	25.444
Software	4.404	92	(293)	4.203
Servidão de passagem	75	-	-	75
	30.386	92	(756)	29.722
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(1.143)	-	110	(1.033)
	29.243	92	(646)	28.689

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2015	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/03/2016
UBP	25.907	-	(463)	25.444
Software	4.445	92	(295)	4.242
Servidão de passagem	279	-	-	279
	30.631	92	(758)	29.965
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(1.143)	-	110	(1.033)
	29.488	92	(648)	28.932

13. FORNECEDORES

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2016		31/12/2015		31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Suprimento de energia elétrica	203.925	-	152.376	-	205.617	-	155.819	-
Materiais e serviços contratados	6.614	-	8.073	-	6.942	-	8.350	-
Encargos de uso da rede elétrica	11.330	10.707	11.512	9.802	11.369	10.707	11.550	9.802
Tust	10.279	-	10.455	-	10.279	-	10.455	-
Tusd-g	1.024	10.707	1.030	9.802	1.063	10.707	1.068	9.802
Encargos de conexão	27	-	27	-	27	-	27	-
	221.869	10.707	171.961	9.802	223.928	10.707	175.719	9.802

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 136.592 na Controladora e R\$ 138.014 no Consolidado (R\$ 97.300 e R\$ 99.013 respectivamente, em 31 de dezembro de 2015), referente ao recebimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) relativo à liminar sobre o GSF concedida à APINE, conforme descrito na nota explicativa n.º 1. O restante do valor trata-se da operação normal de compra de energia.

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, sendo que o saldo está apresentado líquido dos depósitos judiciais no passivo não circulante, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

14. ARBITRAGEM

Os custos extraordinários incorridos durante a construção da PCH Retiro foram objeto de discussão em procedimento arbitral, instaurado entre a controlada e a empresa contratada para construção do empreendimento. Em 2012, foi proferida sentença arbitral (arbitragem 45/2009), através da qual restou definida a responsabilidade de cada parte, por tais custos adicionais, restando apenas o cálculo final dos valores correspondentes. A controlada considerou no custo total do projeto, valores referentes a eventuais acertos finais decorrentes dessa fase de liquidação, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$15.081.

Em 29 de janeiro de 2016 foi proferida Sentença Arbitral Final, através da qual foi determinado o pagamento, pela controlada, a quantia de R\$ 12.503 (data base dezembro de 2014), com incidência de 1% (um por cento) de juros e correção monetária com base na variação do IPCA/IBGE, calculados a partir de janeiro de 2015, totalizando R\$ 15.952. A controlada procedeu o pagamento dessa sentença em 12 de fevereiro de 2016.

De acordo com o contrato de compra e venda de quotas da controlada, firmado entre a Duke Paranapanema e a Duke Energy International, Brasil Ltda ("Duke Brasil"), esta comprometeu-se a manter aquela totalmente indene com relação a todos e quaisquer valores adicionais decorrentes da Arbitragem, motivo pelo qual o valor estabelecido pela sentença arbitral foi pago pela Duke Brasil à controladora.

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com a empresa coligada Duke Brasil. O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos em 31 de março de 2016 é de R\$ 158 (R\$ 234 em 31 de dezembro de 2015).

Na medida em que clientes da Companhia e sua controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Duke Brasil fornece tais garantias, cujo montante, em 31 de março de 2016, é de R\$ 148.567 e R\$ 1.687 respectivamente (R\$ 189.394 e R\$ 1.687 em 31 de dezembro de 2015). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos.

15.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/03/2016	31/03/2015
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	2.010	2.591
Benefícios pós-emprego	67	51
Conselho fiscal	238	239
	2.315	2.881

A Companhia declara que as informações sobre partes relacionadas descritas na nota explicativa n.º 15.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015 permanecem válidas para essas ITR.

16. DEBÊNTURES

16.1. Composição e vencimento

a) Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				31/03/2016					
				Circulante			Não Circulante		
Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total				
3 ^a	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	75.000	2.242	77.242	-	-	-
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.325	6.817	90.142	166.675	(195)	166.480
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	13.029	13.029	250.000	59.659	309.659
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	-	11.809	11.809	239.000	(867)	238.133
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	16.633	16.633	240.000	40.421	280.421
				158.325	50.530	208.855	895.675	99.018	994.693

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				31/12/2015					
				Circulante			Não Circulante		
Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total				
3 ^a	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	75.000	10.386	85.386	75.000	-	75.000
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.325	16.279	99.604	166.675	(234)	166.441
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	8.195	8.195	250.000	50.348	300.348
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	-	3.377	3.377	239.000	(967)	238.033
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	11.412	11.412	240.000	31.862	271.862
				158.325	49.649	207.974	970.675	81.009	1.051.684

b) Vencimento

Vencimento a longo prazo	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Debêntures	162.294	162.167	173.021	93.505	196.849	103.095	103.762	994.693

16.2. Movimentação

		3 ^a Emissão	4 ^a Emissão		5 ^a Emissão		Total	
			Série Única	Série 1	Série 2	Série 1		
			160.386	266.045	308.543	241.410	283.274	1.259.658
Saldo em 31 de dezembro de 2015								
Movimentação das debêntures								
Custos de transação		49	39	19	100	72	279	
Pagamento de principal		(75.000)	-	-	-	-	(75.000)	
Apropriação de juros		2.939	8.591	4.834	8.432	5.220	30.016	
Apropriação de variação monetária		-	-	9.292	-	8.488	17.780	
Pagamento de juros		(11.132)	(18.053)	-	-	-	(29.185)	
		(83.144)	(9.423)	14.145	8.532	13.780	(56.110)	
Saldo em 31 de março de 2016		77.242	256.622	322.688	249.942	297.054	1.203.548	

As variações do saldo de Debêntures, com exceção do pagamento de principal da 3^a emissão e do pagamento de juros da 3^a e 4^a emissões, ocorridas em janeiro de 2016, decorrem da movimentação normal do período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

16.3. Covenants Financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas (“covenants”) previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

17. EMPRÉSTIMO

17.1. Composição e vencimento

a) Composição

Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
		31/03/2016			31/12/2015		
		Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Variação CDI + 1,4% ao ano	05/05/2017	181.000	25.324	206.324	181.000	18.125	199.125

b) Vencimento

Vencimento a longo prazo	31/03/2016
	Não Circulante
2017	206.324
	206.324

c) Movimentação

	31/03/2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	199.125
Apropriação juros	7.199
Saldo em 31 de março de 2016	206.324

As demais variações do saldo de Empréstimo decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 17 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

18. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	Controladora		Consolidação	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Circulante	1.000	-	1.000	-
Não circulante	9.420	10.135	9.420	10.135
	10.420	10.135	10.420	10.135

As variações do saldo de Cibacap decorrem da movimentação normal do período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

19. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o período findo em 31 de março de 2016, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no período (vide nota explicativa n.º 27):

Despesa/(receita) do período reconhecida no resultado do trimestre

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/03/2016	31/03/2015
Custo do serviço corrente	453	556
Juros sobre obrigação atuarial	5.846	5.356
Rendimento esperado do ativo do plano	(6.971)	(6.503)
Juros sobre a restrição do ativo	1.098	1.122
	426	531

As variações do saldo de Plano de Pensão e Aposentadoria decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas envolvendo riscos de perda classificados por nossos consultores jurídicos externos como provável e possível descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 20 daquelas demonstrações financeiras.

20.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

a) Composição

	Controladora			
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	12.419	(2.349)	10.070	8.883
Fiscais	13.189	(717)	12.472	12.428
Ambientais	8.658	(3.264)	5.394	5.156
	34.266	(6.330)	27.936	26.467

	Consolidado			
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	13.111	(2.369)	10.742	9.116
Fiscais	13.189	(717)	12.472	12.428
Ambientais	8.658	(3.263)	5.395	5.156
	34.958	(6.349)	28.609	26.700

b) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Controladora			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.883	12.428	5.156	26.467
Contingências				
Provisões do período	1.198	-	-	1.198
Reversões do período	(167)	-	-	(167)
Atualizações de contingências	405	54	301	760
Acordos / pagamentos do período	(203)	-	-	(203)
	1.233	54	301	1.588
Depósitos judiciais				
Atualizações monetárias	(46)	(10)	(63)	(119)
	(46)	(10)	(63)	(119)
Saldo em 31 de março de 2016	10.070	12.472	5.394	27.936

	Consolidado			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.116	12.428	5.156	26.700
Contingências				
Provisões do período	1.563	-	-	1.563
Reversões do período	(167)	-	-	(167)
Atualizações de contingências	486	54	301	841
Acordos / pagamentos do período	(202)	-	-	(202)
	1.680	54	301	2.035
Depósitos judiciais				
Atualizações monetárias	(46)	(10)	(62)	(118)
(Adições)	(8)	-	-	(8)
	(54)	(10)	(62)	(126)
Saldo em 31 de março de 2016	10.742	12.472	5.395	28.609

20.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Trabalhistas	7.670	8.848	8.066	9.428
Fiscais	128.337	126.155	128.337	126.155
Ambientais	20.719	20.191	20.719	20.191
Regulatórias	78.747	76.503	78.747	76.503
Cíveis	727	711	727	711
	236.200	232.408	236.596	232.988

As demais variações de Contingências Possíveis decorrem da movimentação normal do período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa nº 20.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

21. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*)

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Provenientes do ativo imobilizado (vide nota n.º 11)		
Doações de equipamentos - ONS	1.385	1.400
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	149	115
	1.534	1.515
Provenientes do ativo intangível (vide nota n.º 12)		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D - Software	1.033	1.143
	2.567	2.658

(*) Obrigações vinculadas à concessão

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

22. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2016		31/12/2015		31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	15.793	-	15.134	-	15.793	-	15.134	-
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	465	-	417	-	472	-	425	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	16.734	7.262	21.263	5.462	16.734	7.262	21.263	5.462
	32.992	7.262	36.814	5.462	32.999	7.262	36.822	5.462

Vide comentários adicionais na nota explicativa 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital Social

Em 31 de março de 2016, o capital social autorizado da Controladora é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2015) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Posição Acionária em 31/03/2016 (Em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas						
Duke Energy International Brasil Ltda.	31.181	99,06	57.850	91,89	89.031	94,28
Duke Energy International Brazil Holdings Ltd.	-	-	735	1,17	735	0,78
Cia Metropolitano de São Paulo	-	-	1.070	1,70	1.070	1,13
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	3	0,01	1.003	1,59	1.006	1,07
Demais pessoas físicas e jurídicas	294	0,93	2.297	3,65	2.591	2,74
	31.478	100,00	62.955	100,00	94.433	100,00

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

23.2. Reservas de Capital

	31/03/2016	31/12/2015
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora (vide nota n.º 8.1)	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.683	1.683
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Duke Energy Int. Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	21.849	5.897
	121.420	105.468

Em março de 2016, ocorreu constituição de reserva de capital em função do pagamento referente ao processo de arbitragem (vide nota explicativa n.º 14).

Os demais comentários estão descritos na nota explicativa n.º 23.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

23.3. Reservas de Lucros

	31/03/2016	31/12/2015
Reserva legal	132.419	132.419
Plano de pensão	4.872	4.715
	137.291	137.134

23.4. Lucros acumulados

a) Composição de lucros acumulados

	31/03/2016
Lucro líquido no período	71.250
Depreciação (custo atribuído)	26.177
Baixas (custo atribuído)	383
IRPJ/CSLL diferidos (custo atribuído)	(9.031)
	<u>88.779</u>

b) Composição de dividendos e JSCP a pagar

	31/03/2016	31/12/2015
Dividendos propostos	115.999	115.999
Juros sobre capital próprio a pagar	107	44.329
Dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital em custódia	1.451	1.576
	<u>117.557</u>	<u>161.904</u>

23.5. Ajustes de avaliação patrimonial

	Custo atribuído	Plano de pensão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	732.143	-	732.143
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial			
Depreciação	(26.177)	-	(26.177)
Baixa	(383)	-	(383)
IRPJ/CSLL diferidos	9.031	-	9.031
	(17.529)	-	(17.529)
Resultado abrangente			
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	238	238
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	(81)	(81)
	-	157	157
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	(157)	(157)
Saldo em 31 de março de 2016	714.614	-	714.614

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016
Suprimento de energia elétrica			
Contratos bilaterais	317.364	331.678	325.829
Contratos de leilões	22.877	-	22.876
Mercado de curto prazo - MCP	(4.788)	15	(4.877)
Mecanismo de realocação de energia - MRE	19.392	6.279	19.647
	354.845	337.972	363.475
Outras receitas	43	99	43
	354.888	338.071	363.518
Deduções à receita operacional			
PIS e COFINS	(33.723)	(29.786)	(34.063)
ICMS	(4.958)	(13.462)	(4.958)
P&D	(2.886)	(2.802)	(2.886)
	(41.567)	(46.050)	(41.907)
Receita operacional líquida	313.321	292.021	321.611

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, detalhamento dos custos e despesas operacionais por natureza:

	Controladora		
	31/03/2016	31/03/2015	Total
Pessoal	12.852	9.289	22.141
Material	908	31	939
Serviços de terceiros	5.607	3.051	8.658
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	1.396	-	1.396
Energia comprada para revenda	7.236	-	7.236
Encargos de uso da rede elétrica	26.269	-	26.269
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	23.392	-	23.392
Depreciação e amortização	53.550	421	53.971
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	790	241	1.031
Constituição / (Reversão) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	3.051	3.051
Aluguéis	37	868	905
Seguros	2.367	-	2.367
Outras	360	1.617	1.977
	134.764	18.569	153.333
			211.634

	Consolidado		
	31/03/2016	31/03/2015	Total
Pessoal	13.375	9.289	22.664
Material	1.029	31	1.060
Serviços de terceiros	6.576	3.203	9.779
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	1.416	-	1.416
Energia comprada para revenda	7.439	-	7.439
Encargos de uso da rede elétrica	26.388	-	26.388
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	23.392	-	23.392
Depreciação e amortização	55.866	427	56.293
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	1.156	241	1.397
Constituição de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	4.091	4.091
Aluguéis	37	896	933
Seguros	2.442	-	2.442
Outras	405	1.676	2.081
	139.521	19.854	159.375

26. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

26.1. Energia elétrica vendida

	Controladora				Consolidado	
	31/03/2016		31/03/2015		31/03/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.968.564	317.364	2.032.195	331.678	2.007.212	325.829
Contratos de leilões	154.066	22.877	-	-	154.066	22.876
Mercado de curto prazo - MCP	6.086	(4.788)	-	14	5.492	(4.877)
Mecanismo de realocação de energia - MRE	1.590.674	19.392	568.150	6.280	1.611.280	19.647
	3.719.390	354.845	2.600.345	337.972	3.778.050	363.475

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de Energia Assegurada contratadas/expectativa de realização de contratos pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 31 de março de 2016:

	Controladora		Controlada	
	MWm (*)		MWm (*)	
	2016	2015	2016	2015
Energia disponível para venda	1.029	1.019	16	16
ACR	70	-	-	-
2016 (3 anos)	70	-	-	-
ACL	865	903	16	12
Contratos bilaterais de venda de energia	865	906	16	16
Contratos bilaterais de compra de energia	-	(3)	-	(4)
Energia livre para contratação	94	116	0	4
Percentual de energia contratada	90,9%	88,6%	99,8%	75,0%

(*) Não revisado pelos auditores independentes

26.2. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora				Consolidado	
	31/03/2016		31/03/2015		31/03/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Mercado de curto prazo - MCP	16.037	7.236	218.759	83.979	21.508	7.490
Mecanismo de realocação de energia - MRE	-	-	-	-	(4.209)	(51)
	16.037	7.236	218.759	83.979	17.299	7.439

(*) Não revisado pelos auditores independentes

As variações do saldo de energia elétrica comprada para revenda reduziram devido recuperação parcial no cenário hidrológico nacional.

26.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora		Consolidado
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016
Tust	23.608	20.031	23.608
Tusd-g	2.599	1.958	2.718
Encargos de conexão	62	49	62
	26.269	22.038	26.388

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 26.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016
Receitas			
Aplicações financeiras	11.967	3.662	13.262
Variações monetárias	2.535	2.107	2.606
Depósitos judiciais	2.535	2.106	2.606
Outras	-	1	-
Juros e descontos obtidos	769	214	794
	15.271	5.983	16.662
Despesas			
Juros debêntures	(30.295)	(28.945)	(30.295)
Juros empréstimos	(7.199)	-	(7.199)
Variações monetárias	(30.104)	(21.013)	(31.576)
Debêntures	(17.780)	(18.671)	(17.780)
Tusd-g	(2.249)	(1.766)	(2.249)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(760)	-	(841)
Atualização financeira por processo arbitral		-	(871)
Outras	(9.315)	(576)	(9.835)
Despesas plano de pensão (vide nota n.º 19)	(426)	(531)	(426)
Outras despesas financeiras	(1.112)	(69)	(1.123)
	(69.136)	(50.558)	(70.619)
	(53.865)	(44.575)	(53.957)

28. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/03/2016	31/03/2015
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Preferenciais	47.500	15.593
Ordinários	23.750	7.796
	71.250	23.389
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Preferenciais	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478
	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação		
Preferenciais	0,75450	0,24768
Ordinários	0,75450	0,24768

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015 permanecem válidas para esse ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 29 daquelas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

a) Caixa e equivalentes de caixa (vide nota 6)

Aplicações no mercado aberto em renda fixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, realizáveis por prazos inferiores a 90 dias e que estão reconhecidas contabilmente pelo valor de rentabilidade ofertado no mercado.

b) Debêntures e Empréstimo (vide nota explicativa n.º 16)

	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Debêntures	1.203.548	1.530.961	1.259.658	1.504.645
Empréstimo	206.324	166.581	199.125	167.020
	1.409.872	1.697.542	1.458.783	1.671.665

A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício de 2015 e no período de três meses, findo em 31 de março de 2016. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não manter tais operações.

30. SEGUROS

A Duke Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladoras. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

	Limite Máximo de Indenização em R\$ milhares	
	Vigência 01/01/2016 à 31/12/2016	Vigência 01/01/2015 à 31/12/2015
Risco operacional	1.955.000	1.300.000
Responsabilidade civil	19.550	13.000
Lucro cessante	1.730.865	1.270.179

31. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Dividendos e JSCP propostos	-	245.087
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	17.529	71.572
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	157	826
IR diferido sobre plano de pensão	81	425

32. COMPROMISSOS

32.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2020; e para os contratos de leilões até o ano de 2018.

32.2. Compromisso de recuperação ambiental

A controlada possui um compromisso com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, referente a reflorestamento de 580 hectares, com um custo estimado de R\$ 4.199, a ser concluído até o exercício de 2019.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Liquidação financeira - CCEE

Das liquidações que ocorreram em 2016, no montante de R\$ 22.644, R\$ 10.539 refere-se à operação normal de venda de energia no mercado de curto prazo (MRE/MCP) e R\$ 12.105 refere-se a liminar concedida a APINE.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Armando de Azevedo Henriques
Presidente

Martin Lythgoe
Membro Efetivo

Elizabeth Christina DeLaRosa
Membro Efetivo

Osvaldo Esteban Clari Redes
Membro Efetivo

Eliseu Nogueira de Andrade
Membro Efetivo

Narciso Meschiatti Filho
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edmundo Falcão Koblitz
Conselheiro Suplente

Murici dos Santos
Conselheiro Suplente

Diretoria Estatutária

Armando de Azevedo Henriques
Diretor Executivo Presidente

Angela Aparecida Seixas
Diretora Executiva Financeira, de
Controles Internos e Informática e Diretora Executiva
de Relações com Investidores

Carlos Alberto Dias Costa
Diretor Executivo de Operações e Meio Ambiente

Jairo de Campos
Diretor Executivo de Recursos Humanos,
Administração e Saúde e Segurança

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético

Plautius Soares André Filho
Diretor Executivo Comercial

Antonio Patrício Franco Martins
Gerente Geral de Controladoria

Narciso Meschiatti Filho
Contador - 1SP-101290/O-0